



JUCESP PROTOCOLO
0.693.044/21-4



277

UZTECH SOLUÇÕES E INFORMÁTICA S.A.

CNPJ/MF Nº 08.747.563/0001-50

NIRE 3530048860-1

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 2021**

LOCAL, DATA E HORA: Aos vinte e oito (vinte e oito) dias do mês de julho de 2021, às 09:00 horas, na sede social da **UZTECH SOLUÇÕES E INFORMÁTICA S.A.**, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Eusébio Matoso, nº 1.385, 3º andar, Parte, Pinheiros, CEP 05423-180 ("Companhia").

QUÓRUM: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia.

CONVOCAÇÃO: Convocação dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

MESA: Eleito o Sr. Marco Antônio Silva Stefanini como Presidente, que escolheu o Sr. Filipe Cotait Ivanowsky Calmon Nogueira da Gama como Secretário.

ORDEM DO DIA: 1. Alteração do objeto social da Companhia, com a consequente alteração do Artigo 3º do Estatuto Social e 2. Consolidação do Estatuto Social da Companhia.

JUCESP
11 08 21

DELIBERAÇÕES: Após discussão acerca das matérias objeto da ordem do dia, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, deliberam:

1. Aprovar a alteração do objeto social para excluir as atividades de venda de produtos de informática.

1.1. Diante da deliberação supra, aprovar a alteração do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social: (i) compra e locação de produtos e equipamentos de informática, bens e licenças de software; (ii) prestação de serviços na área de informática; (iii) cessão de direito de uso de programas para informática; (iv) assistência técnica, treinamento, desenvolvimento e consultoria em software; (v) intermediação de negócios na área de informática; (vi) agenciamento de títulos em geral e contratos quaisquer; (vii) instalação, configuração, suporte técnico e manutenção de equipamentos e sistemas de informática; e (viii) participação em sociedades na qualidade de quotista ou acionista."

2. Diante das deliberações supra, aprovar a ratificação de todas as demais disposições do Estatuto Social da Companhia não expressamente alteradas por este instrumento e consolida-lo, passando o Estatuto Social da Companhia a vigorar com a nova redação constante do **Anexo I** à presente Ata.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA E APROVAÇÃO DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, autorizada a lavratura da presente Ata na forma de sumária, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, foi a mesma por todos lida, conferida e assinada.

CERTIDÃO: A presente é cópia fiel da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da **UZTECH SOLUÇÕES E INFORMÁTICA S.A.**, realizada em 28 de julho de 2021, assinada por todos e lavrada em livro próprio.

SP
11 06 21

São Paulo, 28 de julho de 2021.

JUCESP
11 08 21

(Página de assinaturas da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Uztech Soluções e Informática S.A., realizada em 28 de julho de 2021, às 09:00 horas)

MESA:

MARCO ANTÔNIO SILVA STEFANINI

Presidente

FILIPPE COTAIT IVANOWSKY CALMON

NOGUEIRA DA GAMA

Secretário

ACIONISTAS PRESENTES:

STEFANINI PARTICIPAÇÕES S.A.

Maria das Graças Vuolo Sajovic Stefanini
e Marco Antônio Silva Stefanini

STF HOLDING DE PARTICIPAÇÕES

LTDA.

Maria das Graças Vuolo Sajovic Stefanini

UZTECH IT HOLDING LTDA.

Filipe Cotait Ivanowsky Calmon Nogueira da Gama



Este documento foi assinado digitalmente por Filipe Cotait Ivanowsky Calmon Nogueira Da Gama, Maria Das Gracas Vuolo Sajovic Stefanini e Marco Antonio Silva Stefanini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código D540-5D92-51ED-02A7.

Este documento foi assinado digitalmente por Filipe Cotait Ivanowsky Calmon Nogueira Da Gama, Maria Das Gracas Vuolo Sajovic Stefanini e Marco Antonio Silva Stefanini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código D540-5D92-51ED-02A7.

ANEXO I

*à Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Uztech Soluções e Informática S.A.,
realizada em 28 de julho de 2021, às 09:00 horas*

ESTATUTO SOCIAL DA UZTECH SOLUÇÕES E INFORMÁTICA S.A.

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Objeto e Duração

Artigo 1º - A Companhia é uma sociedade por ações e tem a denominação social de **UZTECH SOLUÇÕES E INFORMÁTICA S.A.**

Parágrafo Único - A Companhia será regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis às sociedades por ações, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**").

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eusébio Matoso, nº 1385, 3º andar, Parte, Pinheiros, CEP 05423-180, e poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, escritórios, agências ou sucursais em qualquer parte do território nacional ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social: (i) compra e locação de produtos e equipamentos de informática, bens e licenças de software; (ii) prestação de serviços na área de informática; (iii) cessão de direito de uso de programas para informática; (iv) assistência técnica, treinamento, desenvolvimento e consultoria em software; (v) intermediação de negócios na área de informática; (vi) agenciamento de títulos em geral e contratos quaisquer; (vii) instalação, configuração, suporte técnico e manutenção

de equipamentos e sistemas de informática; e (viii) participação em sociedades na qualidade de quotista ou acionista.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

Do Capital Social

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens, é de R\$1.705.998,34 (um milhão, setecentos e cinco mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e quatro centavos), dividido em 213.656 (duzentas e treze mil, seiscentas e cinquenta e seis) ações ordinárias, 25.000 (vinte e cinco mil) ações preferenciais classe A e 25.000 (vinte e cinco mil) ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo 2º - As ações preferenciais classe A não terão direito a voto e conferirão a seus titulares prioridade no reembolso, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendo fixo cumulativo.

Parágrafo 3º - As ações preferenciais classe B não terão direito a voto e conferirão a seus titulares prioridade no reembolso, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendo fixo não cumulativo.

Parágrafo 4º - Ressalvados os dividendos tratados nos Parágrafos 2º e 3º supra, os acionistas titulares de ações preferenciais classe A e classe B não farão jus ao recebimento de qualquer outro dividendo.

JUCESP
11 08 21

Parágrafo 5º - As ações preferenciais classe A e classe B passarão a ter direito de voto caso não ocorra a distribuição de dividendos a seus titulares por 3 (três) exercícios sociais consecutivos.

Parágrafo 6º - As ações preferenciais classe A e classe B não participarão na distribuição de eventuais bonificações em ações, decorrentes da incorporação de lucros ou reservas de capital.

Parágrafo 7º - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia emitirá certificados de ações, que poderão ser agrupados em títulos múltiplos, e, quando emitidos, serão assinados sempre por 2 (dois) Diretores, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 6º - A Companhia poderá outorgar opção de compra e/ou subscrição de ações a seus administradores, empregados e/ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, conforme vier a ser deliberado pelo Conselho de Administração, observado o plano aprovado pela Assembleia Geral, as disposições estatutárias e as normas legais aplicáveis.

Artigo 7º - Poderá a Companhia, mediante proposta do Conselho de Administração a ser deliberada pela Assembleia Geral, adquirir ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência temporária em tesouraria, e posterior alienação.

CAPÍTULO III

Da Assembleia Geral

Artigo 8º - As Assembleias Gerais realizar-se-ão (i) ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações

JUCESP
11 08 21

financeiras; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado e a distribuição de dividendos; e (c) eleger os membros do Conselho de Administração e, quando for o caso, do Conselho Fiscal; e, (ii) extraordinariamente, sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem. As Assembleias Gerais ordinária e extraordinária poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

Parágrafo Único - Dos trabalhos e das deliberações da Assembleia Geral serão lavradas atas no Livro de Registro de Atas de Assembleia Geral da Companhia, com os elementos, indicações, requisitos e assinaturas exigidas em lei.

Artigo 9º - As Assembleias Gerais ordinárias ou extraordinárias da Companhia serão convocadas na forma da Lei das Sociedades por Ações, por qualquer acionista, quaisquer dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria, através de notificação enviada por meio eletrônico e por meio de carta registrada, mediante comprovante inequívoco de recebimento, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, devendo conter informações sobre o local, data, horário em que a Assembleia Geral será realizada e a ordem do dia, bem como qualquer documentação pertinente e/ou que esteja vinculada, de qualquer forma, à ordem do dia da respectiva Assembleia Geral, tais quais, mas não se limitando a, propostas de aumento de capital, propostas de alteração do Estatuto Social da Companhia, currículo de administradores, relatórios da administração, pareceres do Conselho Fiscal (quando instalado) etc., conforme o caso. Independentemente das formalidades de convocação para Assembleias Gerais previstas neste Estatuto Social, será considerada regularmente convocada a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os acionistas da Companhia.

Parágrafo 1º - É vedada a inclusão, na pauta da Assembleia Geral, da rubrica "outros assuntos" ou "assuntos gerais" ou expressões equivalentes.

JUCESP
11 08 21

Parágrafo 2º - É vedada a inclusão de assuntos na ordem do dia da Assembleia Geral que não constaram expressamente da sua respectiva convocação, salvo aprovação unânime dos acionistas presentes na respectiva Assembleia Geral.

Parágrafo 3º - As Assembleias Gerais da Companhia serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, por membro do Conselho de Administração indicado pela maioria dos acionistas presentes. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral a indicação do Secretário.

Parágrafo 4º - Com exceção das matérias previstas nos Parágrafos 5º, 6º e 7º abaixo, as demais deliberações da Assembleia Geral dependerão da aprovação de acionistas que representem a maioria do capital social votante da Companhia.

Parágrafo 5º - A aprovação das seguintes matérias, com relação à Companhia ou qualquer de suas subsidiárias (as "Matérias Qualificadas da Assembleia") somente serão aprovadas pelo voto afirmativo dos acionistas que representem, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) do capital social votante da Companhia:

- (i) qualquer alteração do objeto social que implique, direta ou indiretamente, a modificação do ramo de negócios da Companhia;
- (ii) aumento ou redução de capital social da Companhia, ressalvada a hipótese prevista no Parágrafo 6º abaixo;
- (iii) emissão ou cancelamento, pela Companhia, de ações ou de quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações de qualquer natureza, definição do respectivo montante, assim como de seus termos e condições;
- (iv) alteração de quaisquer direitos relacionados às ações, inclusive alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de

JUCESP
11 08 21

uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida, observado o quanto disposto no artigo 136, §1º, da Lei das Sociedades por Ações;

- (v) conversão de ações de uma espécie e/ou classe em outra espécie ou classe;
- (vi) fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- (vii) quaisquer operações societárias, tais como incorporação (inclusive de ações), cisão ou fusão, que envolvam a Companhia, bem como qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou seus respectivos ativos;
- (viii) transformação do tipo societário da Companhia;
- (ix) aquisição, aumento e/ou diminuição da participação da Companhia no capital social de outras sociedades na qualidade de quotista, acionista e/ou sócia participante, em consórcios ou em outras formas de associação;
- (x) constituição de quaisquer ônus sobre as ações de emissão da Companhia e/ou seus ativos, com intuito exclusivo de garantir operações da Companhia, suas controladoras e/ou subsidiárias;
- (xi) instituição, alteração ou extinção de plano de opção de compra de ações no âmbito da Companhia;

- DUESSP
11 08 21
- (xii) requerimento de autofalência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação ou extinção da Companhia, bem como cessação do estado de liquidação;
 - (xiii) distribuição de dividendos da Companhia, conforme o caso, de modo distinto da política de distribuição adotada pela Companhia, nos termos previstos no Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia e/ou neste Estatuto Social;
 - (xiv) obtenção do registro da Companhia perante as autoridades competentes para negociação das ações de sua emissão em bolsa de valores;
 - (xv) aprovação das demonstrações financeiras da Companhia, ressalvados eventuais impedimentos legais que resultarão, em tal hipótese específica, na redução do *quorum* aplicável;
 - (xvi) aprovação do Orçamento Anual da Companhia e de todas suas subsidiárias, bem como de suas revisões, alterações e/ou atualizações;
 - (xvii) aprovação de qualquer empréstimo *intercompany* envolvendo a Companhia, cujo valor individual seja superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais); e
 - (xviii) qualquer alteração do presente Estatuto Social.

Parágrafo 6º - Qualquer revisão, alteração e/ou atualização do Plano de Negócios da Companhia, conforme proposta da Diretoria da Companhia, dependerá do voto afirmativo dos acionistas titulares de, no mínimo, 70% (setenta por cento) do capital social votante da Companhia.

DUCESP
11 03 21

Parágrafo 7º - Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º supra, poderá ser convocada Assembleia Geral da Companhia para deliberar sobre o aumento de capital social da Companhia com a emissão de novas ações, por decisão de acionistas que detenham ações que representem a maioria do capital social votante da Companhia, exclusivamente nas seguintes hipóteses: (i) caso a Companhia venha a se tornar insolvente e incapaz de obter, com esforços próprios, recursos junto ao mercado; (ii) caso o patrimônio líquido da Companhia venha tornar-se negativo, após o segundo ano de vigência do Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia; observado que, em qualquer uma das hipóteses (i) e/ou (ii), o aumento de capital será realizado no montante estritamente necessário para que a Companhia possa honrar com suas obrigações vencidas ou vincendas, neste caso considerando a projeção de fluxo de caixa de, no máximo, 3 (três) meses; ou (iii) esteja previsto tal aumento de capital no Plano de Negócios e/ou em Orçamento Anual previamente aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, nos termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia. Para afastar quaisquer dúvidas, não estão incluídos no rol de Matérias Qualificadas da Assembleia aumentos de capital em tais hipóteses.

CAPÍTULO IV

Da Administração

Seção I: Regras Gerais

Artigo 10 - A administração da Companhia incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria, de acordo com as disposições legais aplicáveis, com o Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia e com o presente Estatuto Social.

Parágrafo 1º - A investidura de cada um dos membros eleitos do Conselho de Administração e da Diretoria far-se-á mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio da Companhia, dentro dos 30 (trinta) dias subsequentes às suas respectivas

DUCESP
11 08 21

eleições, dispensada a prestação de caução, pelos administradores, em garantia de sua gestão.

Parágrafo 2º - A remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre sua distribuição, respeitado sempre o quanto disposto nos contratos de diretor estatutário celebrados individualmente.

Parágrafo 3º - Os administradores permanecerão em seus respectivos cargos e no exercício de suas funções até a posse de seus sucessores, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável.

Seção II: Do Conselho de Administração

Artigo 11 - O Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, residentes no País ou não, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia, sendo um deles eleito pela Assembleia Geral como Presidente do Conselho de Administração, todos com mandato unificado de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, este poderá ser substituído por outro membro do próprio Conselho de Administração previamente indicado pelo conselheiro ausente ou impedido, que poderá praticar todos os atos que caberiam ao conselheiro impedido ou ausente, podendo, inclusive, votar em nome de tal conselheiro.

Parágrafo 2º - Ocorrendo renúncia ou vacância de qualquer conselheiro durante o mandato para o qual foi eleito, será convocada Assembleia Geral para eleger o substituto

DUCESP
11 09 21

para o cargo vago, observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia. O novo membro eleito deverá permanecer no cargo até o final do mandato do seu antecessor, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo 3º - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do Conselho de Administração ou, em caso de sua ausência ou impedimento temporário, tal função competirá a qualquer membro do Conselho de Administração que seja indicado pela maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo sempre ao presidente da reunião indicar o seu respectivo secretário.

Artigo 12 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por quaisquer dos seus membros ou por qualquer Diretor. Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e assinadas pelos membros do Conselho de Administração que estiverem presentes na respectiva reunião.

Artigo 13 - As reuniões do Conselho de Administração, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, serão convocadas por e-mail e carta registrada enviados a cada membro, de forma que seja recebido com antecedência mínima de 8 (oito) dias da reunião, conforme comprovante de recebimento e leitura de cada e-mail, devendo conter informações sobre o local, data, horário em que a reunião do Conselho de Administração será realizada e a ordem do dia, bem como qualquer documentação pertinente.

Parágrafo 1º - É vedada a inclusão, na pauta da reunião do Conselho de Administração, da rubrica "outros assuntos" ou "assuntos gerais" ou expressões equivalentes.

Parágrafo 2º - É vedada a inclusão de assuntos na ordem do dia da reunião do Conselho de Administração que não constaram expressamente da sua respectiva convocação.

DUCEP
11 09 21

Parágrafo 3º - Independentemente das formalidades de convocação previstas neste Estatuto Social, será considerada regularmente convocada a reunião do Conselho de Administração à qual comparecerem todos os conselheiros da Companhia.

Parágrafo 4º - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas preferencialmente na sede social da Companhia, exceto se outro local for devidamente informado na respectiva convocação.

Parágrafo 5º - Os membros do Conselho de Administração poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível. Nesta hipótese, os membros do Conselho de Administração deverão expressar seu voto em tal reunião por meio de carta, declaração ou mensagem encaminhada à Companhia, anteriormente ou durante a realização da reunião (mas, em qualquer hipótese, antes do cômputo dos votos), por fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível, sendo certo que uma cópia das referidas orientações de voto ficará arquivada na sede social da Companhia.

Parágrafo 6º - O Conselheiro que participar da reunião da forma tratada no Parágrafo 5º supra será considerado presente à reunião, sendo certo que seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. Na primeira oportunidade, assinará a ata de reunião em questão, bem como o livro societário correspondente.

Parágrafo 7º - Em até 5 (cinco) dias contados da data de realização da reunião do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração obrigatoriamente enviará uma cópia da versão assinada da ata da respectiva reunião aos acionistas da Companhia, nos termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia.

Artigo 14 - As reuniões do Conselho de Administração que tenham por objeto a discussão de quaisquer matérias que não estejam incluídas no rol do Parágrafo 1º abaixo

DUCE SP
11 08 21

serão instaladas mediante a presença da maioria absoluta de seus membros e as matérias postas em deliberação serão aprovadas pelo voto afirmativo da maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração, ressalvado o disposto no Parágrafo 1º infra.

Parágrafo 1º - As reuniões do Conselho de Administração que tenham por objeto a discussão de quaisquer matérias incluídas no rol deste Parágrafo, com relação à Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, somente serão instaladas mediante a presença da totalidade, e não menos que a totalidade, dos membros do Conselho de Administração, e a aprovação de tais matérias dependerá do voto afirmativo da totalidade dos membros do Conselho de Administração:

(i) fixação da remuneração individual dos membros do próprio Conselho de Administração e da Diretoria, conforme valor global e anual fixado anualmente pela Assembleia Geral da Companhia, respeitado o quanto disposto nos contratos de diretor estatutário celebrados individualmente;

(ii) aquisição ou alienação de bens imóveis, bem como de bens móveis, pertencentes ou não ao ativo permanente, cujo valor individual ou em conjunto (consideradas operações realizadas em um mesmo exercício social) seja superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) no prazo de 3 (três) meses;

(iii) assunção de obrigações cujo valor individual seja superior a R\$100.000,00 (cem mil reais) ou que torne o valor total de empréstimos e financiamentos da Companhia superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) no prazo de 3 (três) meses;

(iv) qualquer contratação de serviços (opex) ou investimentos, cujo valor individual seja superior a R\$100.000,00 (cem mil reais) ou cujo conjunto de contratações (consideradas operações realizadas em um mesmo exercício social) seja superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) no prazo de 3 (três) meses;

JUCESP
11 03 21

(v) qualquer contratação, licenciamento, cessão, aquisição e/ou alienação, ativa ou passiva, de quaisquer propriedades intelectuais ou industriais, inclusive, mas não limitado, à transferência de tecnologia, cessão de marcas, patentes ou *softwares*, o que não se aplica para o licenciamento de *softwares* desenvolvidos pela Companhia, que poderão ser livremente licenciados, em caráter temporário, para a empresa que for diretamente a licenciante e somente para uso próprio, sem concessão de exclusividade ou abertura de código fonte, no curso normal dos negócios da Companhia;

(vi) celebração de quaisquer contratos que contenham cláusula de não concorrência, não aliciamento, exclusividade ou que impeçam ou restrinjam, de qualquer modo, o desenvolvimento dos negócios da Companhia;

(vii) celebração de compromissos, transações ou acordos judiciais ou extrajudiciais que tenham por fim prevenir ou solucionar litígios que envolvam a Companhia;

(viii) contratação de empregados e/ou prestadores de serviços cuja remuneração/compensação anual total (incluindo valores fixos e variáveis) seja superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais);

(ix) nomeação ou substituição de auditores independentes, exceto no caso de contratação de uma dentre as seguintes: (a) Pricewaterhouse Coopers; (b) KPMG; (c) Deloitte & Touche Tohmatsu; e (d) Ernst & Young;

(x) aquisição de bens, produtos e serviços, inclusive desenvolvimentos de *softwares*, direta ou indiretamente, de qualquer um dos acionistas ou de suas respectivas partes ligadas;

DUCESP
11 08 21

(xi) aprovação de qualquer transação, negócio ou contrato entre, de um lado, a Companhia e, de outro, qualquer dos acionistas e suas respectivas partes ligadas, bem como entre a Companhia, suas subsidiárias e seus administradores e/ou administradores de quaisquer das partes ligadas;

(xii) aprovação de qualquer empréstimo *intercompany* envolvendo a Companhia, cujo valor individual seja igual ou inferior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais); e

(xiii) manifestação e emissão de parecer prévio sobre o Orçamento Anual da Companhia e de suas subsidiárias, bem como acerca de suas revisões, alterações e/ou atualizações, conforme proposta da Diretoria.

Parágrafo 2º - Os valores e alçadas previstos no Parágrafo 1º supra não serão aplicáveis sempre que as operações a eles vinculadas estejam previstas em Orçamento Anual da Companhia devidamente aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 15 - Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social, observado o disposto em Acordo de Acionistas, compete ao Conselho de Administração:

(i) apreciar o relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(ii) submeter à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido do exercício social; e

(iii) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia.

DUCESP
11 03 21

Seção III: Da Diretoria

Artigo 16 - A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) membros, sendo um Diretor Presidente e um Diretor Técnico, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia, todos com mandato unificado de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Artigo 17 - Compete aos Diretores gerir a Companhia e exercer as atribuições e os poderes que lhe forem conferidos por lei, por este Estatuto Social e pelo Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia, para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incumbindo-lhes a administração e gestão dos negócios e atividades da Companhia.

Artigo 18 - Os Diretores, sem prejuízo de suas funções individuais, agirão sob a supervisão do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - A Diretoria, sempre que solicitada por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração, prestará aos membros do Conselho de Administração as informações pertinentes para que estes avaliem o desempenho dos Diretores nas atividades da Companhia.

Parágrafo 2º - Cada membro da Diretoria será responsável pela gestão dos processos e operações que lhe forem conferidos pelo Conselho de Administração.

Artigo 19 - Compete aos Diretores representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pelos órgãos sociais.

DUCESP
11 08 21

Artigo 20 - Observadas sempre as hipóteses que exijam aprovação dos acionistas e/ou do Conselho de Administração, previstas neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia, a Companhia será representada por (i) por 2 (dois) Diretores, em conjunto, em negócios que envolvam a Companhia em valores superiores a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas; (ii) por 1 (um) Diretor, isoladamente, em negócios que envolvam a Companhia em valores de até R\$200.000,00 (duzentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas; e (iii) por qualquer Diretor em conjunto com um procurador, com poderes especiais, constituído por meio de procuração com poderes específicos, observado o disposto no Parágrafo 4º infra.

Parágrafo 1º - A prática dos atos relativos à abertura, movimentação e encerramento de contas correntes bancárias da Companhia dependerá sempre da assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores.

Parágrafo 2º - Observado o disposto no Parágrafo 3º infra, a Companhia será representada isoladamente por qualquer 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos exclusivamente na prática dos seguintes atos: (i) assinatura e apresentação de propostas técnicas e/ou comerciais, declarações, formulários e outros documentos que sejam exigidos no âmbito de quaisquer processos licitatórios de empresas públicas, órgãos públicos, autarquias ou empresas privadas dos quais a Companhia participar, incluindo, sem limitação, as modalidades de concorrência pública, pregão eletrônico ou presencial, carta convite e tomada de preços; (ii) admissão e demissão de colaboradores; e (iii) assinatura de quaisquer documentos relacionados aos atos tratados no presente Parágrafo.

Parágrafo 3º - A prática dos atos previstos no Parágrafo 2º supra, na forma ali disposta, não está sujeita à limitação de valores contida no *caput* deste Artigo 20, tampouco infringe e/ou conflita com qualquer disposição prevista neste Estatuto Social e/ou no Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia.

DUCEP
11 08 21

Parágrafo 4º - As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por 2 (dois) Diretores, devendo especificar expressamente os poderes conferidos, e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos (*ad judícia*), que poderão ter prazo indeterminado de duração.

Artigo 21 - São expressamente vedados, sendo nulos de pleno direito e inoperantes com relação à Companhia, os atos de quaisquer acionistas, administradores, procuradores ou funcionários da Companhia que a envolverem em obrigações relativas a negócios e/ou operações estranhos ao objeto social, tais como o fornecimento de fianças, avais ou quaisquer garantias em favor de terceiros, nos termos do presente Estatuto Social e do Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia.

CAPÍTULO V

Do Conselho Fiscal

Artigo 22 - O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação da Assembleia Geral, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 23 - O Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, será integrado por 3 (três) membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, todos residentes no País. Seus membros exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que ocorrer após sua eleição, sendo permitida reeleição, caso mantida a sua instalação, e terão a remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observados os limites legais aplicáveis. O Conselho Fiscal terá um Presidente a ser eleito entre os membros do próprio Conselho Fiscal.

JUCESP
11 03 21

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões e Pareceres do Conselho Fiscal da Companhia, devendo anuir com todos os manuais, códigos, políticas, regimento interno do Conselho Fiscal e regulamentos internos da Companhia, bem como quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal, quando instalado, adotará um regimento interno, o qual, dentre outras matérias, disporá sobre o prazo para que os membros do Conselho Fiscal recebam dos demais órgãos da Companhia, conforme o caso e sempre que solicitado, os documentos e informações necessários a respeito da Companhia para sua plena e efetiva atuação e funcionamento.

Parágrafo 3º - No caso de vacância por falecimento, renúncia ou destituição de qualquer dos membros do Conselho Fiscal, o membro em questão será substituído pelo suplente até o término do mandato.

Artigo 24 - O Conselho Fiscal, quando instalado, reunir-se-á, em caráter ordinário, trimestralmente, em datas a serem estabelecidas na primeira reunião do Conselho, e, extraordinariamente, sempre que necessário, a pedido, formulado por escrito, de qualquer um de seus membros.

Artigo 25 - As reuniões do Conselho Fiscal, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, serão convocadas pelo Presidente do Conselho ou quem vier a substituí-lo, por e-mail e carta registrada enviado a cada membro, de forma que seja recebido com antecedência mínima de 8 (oito) dias da reunião, conforme comprovante de recebimento e leitura de cada e-mail, contendo a data, horário, local e ordem do dia e acompanhada dos documentos pertinentes.

50021P
11 08 21

Parágrafo 1º - É vedada a inclusão, na pauta da reunião do Conselho Fiscal, da rubrica "outros assuntos" ou "assuntos gerais" ou expressões equivalentes.

Parágrafo 2º - É vedada a inclusão de assuntos na ordem do dia que não constaram da sua respectiva convocação.

Parágrafo 3º - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião do Conselho Fiscal em que comparecerem todos os seus membros.

Artigo 26 - Os membros do Conselho Fiscal poderão participar das reuniões do Conselho Fiscal por meio de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível. Nesta hipótese, os membros do Conselho Fiscal deverão expressar seu voto em tal reunião por meio de carta, declaração ou mensagem encaminhada à Companhia, anteriormente ou durante a realização da reunião (mas, em qualquer hipótese, antes do cômputo dos votos), por fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível, sendo certo que uma cópia das referidas orientações de voto ficará arquivada na sede social da Companhia.

Parágrafo Único - O Conselheiro que participar da reunião da forma tratada no *caput* do Artigo 26 supra será considerado presente à reunião, sendo certo que seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. Na primeira oportunidade, assinará a ata de reunião em questão, bem como o Livro de Registro de Atas de Reuniões e Pareceres do Conselho Fiscal da Companhia.

Artigo 27 - O Conselho de Fiscal deliberará por maioria de votos dos membros presentes à reunião do Conselho Fiscal, respeitada a independência de atuação de seus membros assegurada por lei.

DUCES
11 08 21

CAPÍTULO VI

Do Exercício Social, Destinação de Resultados e Aplicação de Recursos Financeiros

Artigo 28 - O exercício social tem início em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração contábil da Companhia, as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente.

Artigo 29 - Do lucro líquido apurado no exercício, serão realizadas as seguintes deduções ou acréscimos, decrescentemente e nessa ordem:

(i) será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que tal constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício social em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

(ii) serão pagos os valores previstos no Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia a título de dividendo fixo cumulativo anual, por ação preferencial classe A de emissão da Companhia, e a título de dividendo fixo anual, por ação preferencial classe B de emissão da Companhia.

(iii) o saldo remanescente do lucro líquido, após as reduções contidas nos itens (i) e (ii) supra, caso existente, será distribuído exclusivamente aos detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia, conforme destinação determinada pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável e o quanto disposto no Artigo 30 abaixo.

DUCESP
11 06 21

Parágrafo 1º - A distribuição de dividendos para ambas as classes e espécies de ações aos acionistas, nos termos deste Artigo 29, somente se efetivará desde que a Companhia disponha de caixa para tal distribuição e tal distribuição não comprometa a gestão financeira da Companhia (neste caso limitada à projeção de fluxo de caixa a três meses). Caso a Companhia não disponha de recursos imediatos e disponíveis para efetivar o pagamento da distribuição de dividendos no montante aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia deverá distribuir somente e até o limite do montante de caixa então disponível, desde que dentro do exercício social correspondente a estes dividendos.

Parágrafo 2º - Para que não haja dúvidas, na impossibilidade de a Companhia distribuir, em determinado exercício social, a integralidade dos dividendos fixos previstos no item (ii) do *caput* do Artigo 29 supra aos titulares de ações preferenciais classe A e classe B de emissão da Companhia, os dividendos fixos devidos às referidas classes de ações preferenciais serão proporcionalmente reduzidos no exercício social em questão.

Artigo 30 - O lucro líquido remanescente do exercício, conforme mencionado no item (iii) do *caput* do Artigo 29 supra, terá a destinação dada pelos acionistas, observado que qualquer alteração da política de dividendos ora ajustada, bem como a constituição de quaisquer reservas, retenções, provisões ou ainda a distribuição de juros sobre capital próprio dependerá do voto qualificado dos acionistas da Companhia, correspondente a, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) do capital social da Companhia, conforme previsto no Parágrafo 5º do Artigo 9º supra.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral poderá declarar (i) dividendos intermediários à conta de lucros ou de reservas de lucros, apurados em balanços patrimoniais anuais ou semestrais; e (ii) dividendos intercalares com base nos lucros apurados em balanço levantado em períodos que não o anual ou semestral, observadas as limitações legais.

DUCEAP
11 08 21

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral poderá determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, até o limite permitido em lei, cujo valor poderá ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório, observadas a legislação e regulamentação aplicáveis.

Artigo 31 - Havendo destinação de recursos financeiros para provisões, retenção de lucros, reserva de contingências, reservas estatutárias e/ou quaisquer outras reservas similares, com base no Plano de Negócios e/ou Orçamento Anual da Companhia devidamente aprovado, os valores destinados a tais reservas deverão permanecer aplicados em qualquer modalidade de renda fixa com a melhor rentabilidade possível dentro dos padrões de mercado, até que ocorra o efetivo desembolso financeiro atrelado à finalidade de constituição de tais reservas.

CAPÍTULO VII

Do Acordo de Acionistas

Artigo 32 - A Companhia sempre observará o(s) Acordo(s) de Acionistas arquivado(s) em sua sede social, inclusive no que se refere a matérias sujeitas à deliberação pela Assembleia Geral e/ou Conselho de Administração e respectivos quóruns, cabendo à administração abster-se de registrar quaisquer transferências de ações contrárias às suas disposições, e ao Presidente das Assembleias Gerais e das Reuniões do Conselho de Administração observar o artigo 118, §§8º e 9º, da Lei das Sociedades por Ações, inclusive abstendo-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Artigo 33 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, que se processará de acordo com deliberação da Assembleia Geral, competindo-lhe, também, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o período.

JUCESP
11 08 21

Artigo 34 - Em tudo o que for omissa o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia e as demais disposições legais pertinentes.

* * * * *



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D540-5D92-51ED-02A7> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D540-5D92-51ED-02A7



Hash do Documento

0F810BD82D7EBBC2701D4DFFCF2EFCBD6814326713742EDD8859D0CC2E65CF3E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/07/2021 é(são) :

- ☒ Filipe Cotait Ivanowsky Calmon Nogueira da Gama (Signatário) -
024.988.749-50 em 29/07/2021 16:41 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

- ☒ MARIA DAS GRAÇAS VUOLO SAJOVIC STEFANINI (Signatário)
- 015.819.138-26 em 29/07/2021 16:25 UTC-03:00

Nome no certificado: Maria Das Gracas Vuolo Sajovic Stefanini

Tipo: Certificado Digital

- ☒ Marco Antônio Silva Stefanini (Signatário) - 042.501.968-36 em
29/07/2021 16:24 UTC-03:00

Nome no certificado: Marco Antonio Silva Stefanini

Tipo: Certificado Digital

